

COMISSÃO BILATERAL PRETENDE INTENSIFICAR RELAÇÕES LUSO-AMERICANAS EM DIVERSAS ÁREAS

Criados comités setoriais para a cooperação das Lajes

O Governo Regional acredita que a cooperação ao abrigo do Acordo das Lajes será aprovada.



BASE DAS LAJES. Cooperação luso-americana com comités especializados na Comissão Bilateral

Os Açores vão ter assento nos novos comités criados ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.

"Esta nova forma de funcionamento abre portas a uma cooperação mais aprofundada de entidades e organizações regionais com as suas congéneres nos Estados Unidos", afirmou Francisco Tavares, representante dos Açores na Comissão Bilateral, citado ontem numa nota do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional.

A 29.ª Reunião da Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os Estados Unidos, que decorreu quinta-feira em Washington, resultou na decisão de criar comités para as áreas do Comércio e Investimento Externo, da Ciência, Tecnologia e Ambiente, de Assuntos Internos e de Justiça.

No encontro, que o executivo açoriano considera que lançou um novo momento da cooperação bilateral, deliberou-se também manter o Comité para a Cooperação com os Açores, a Comissão Laboral e a Comissão Técnica.

Ainda segundo a nota divulgada pelo Governo

Regional, as autoridades norte-americanas reafirmaram o

compromisso de assegurar a descentaminação dos locais identificados como poluídos no relatório elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) sobre a qualidade da água na Praia da Vitória em zonas próximas do local onde está instalada a Base das Lajes.

Os norte-americanos revelaram que estão a realizar estudos para identificar as tecnologias e os mecanismos necessários para proceder à descontaminação das áreas poluídas.

As conclusões desses estudos serão apresentadas até ao final de setembro às autoridades nacionais e re-

gionais para aprovação.

PONTO DE PARTIDA

Para o presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Sandro Palm, a criação de comités na Comissão Bilateral para o Comércio e Investimento Externo pode ser um ponto de partida para um melhor aproveitamento em termos económicos da cooperação ao abrigo do Acordo da Lajes.

No entanto, Sandro Palm realçou que desconhece quais serão o âmbito e os propósitos dos comités que agora foram criados pela Comissão Bilateral.

"Não fazemos ideia nenhuma de quais são as

atribuições desses comités, mas à partida parece-nos que poderão intensificar as relações entre os empresários regionais e os Estados Unidos", referiu.

Segundo referiu Sandro Palm, "em havido uma maior aproximação entre os empresários locais e os militares norte-americanos da Base das Lajes".

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo tem promovido reuniões setoriais com os militares norte-americanos das Lajes para aprofundar as relações comerciais em áreas como a construção civil, turismo e serviços, para além de prestar apoio técnico no que se refere ao cumprimento

dos requisitos exigidos para a aquisição de bens e serviços.

IR MAIS ALÉM

Por seu turno, o investigador da Universidade dos Açores, Félix Rodrigues, considera positiva a iniciativa dos norte-americanos em avançar com a despoluição das áreas contaminadas com combustível.

Félix Rodrigues alerta para a necessidade de se ir mais além no que se refere à monitorização de outras áreas no concelho da Praia da Vitória potencialmente contaminadas e que não foram incluídas no estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 

COMENTÁRIO

Tiros certos nos pés

É impossível alguém levar a sério qualquer iniciativa que tenha a ver com eventuais proveitos significativos para os Açores relacionados com o Acordo das Lajes.

Assinado em 1995, este péssimo acordo tem servido para os norte-americanos utilizarem livremente as potencialidades do espaço geográfico da Região; tem garantido vantagens materiais e imateriais a Portugal e mesmo assim desproporcionais em relação à valia que as Lajes constituem para os EUA, e aos Açores, em especial, tem valido um prato de lentilhas (se não quisermos falar nos prejuízos).

É anunciada agora, 16 anos depois da assinatura do Acordo, a criação de mais uma série de comissões. O caso é levado tão a sério por todas as partes que tendo tais comissões alegadas incumbências comerciais e de investimento relacionadas com os Açores, ninguém se deu ao trabalho mínimo de consultar e pedir opinião e eventualmente conselho a quem de direito nas ilhas, por exemplo, os legítimos representantes dos empresários locais.

Enfim, brincadeiras...

Muito mais perigosa, porém, é a brincadeira de deixar que sejam os poluidores, os norte-americanos, a decidir quando, como, em que extensão e com que tecnologias irão descontaminar o que têm contaminado na Terceira.

O comportamento português - açoriano em particular - neste caso tem-se pautado por uma perigosa irresponsabilidade, que começou com negação, evoluiu para o minimalismo e já vai na demissão. Pelo meio ficam episódios de caça às bruxas e tiro ao mensageiro. **AM** 

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES ENTREGA MOÇÃO À TUTELA

Docentes mobilizados contra alterações à carreira

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) entregou ontem na secretaria regional da Educação uma moção em que se insurge contra as alterações impostas à carreira docente.

Após o plenário sindical, que decorreu no Centro Cultural de Angra do Heroísmo, cerca de uma centena de professores dirigiu-se à tutela para entregar o documento que se debate contra várias questões, entre elas a da carreira docente.

De acordo com António Lucas, sindicalista, a proposta apresentada por Cláudia Cardoso, que limitava a carreira a

34 anos, acaba por alterar-se, "por vias transitórias", podendo ir dos 36 aos 39 anos, conforme o posicionamento atual dos professores.

O documento entregue à secretaria regional da Educação faz também a defesa de horários "tendencialmente iguais", através da redução da componente letiva, dependendo do nível de ensino em que se encontram.

No que diz respeito aos concursos, a moção sustenta a anualidade dos concursos.

"A questão da quadrianualidade traz elementos perigosos e não acarreta qualquer

mais valia ao sistema a não

ser manter professores em contrato não anual, mas por períodos que se vão prolongando até quatro anos, tendo em conta que poderiam estar

a preencher necessidades permanentes e não necessidades transitórias", disse o presidente do SPRA a DI, adiantando que a tutela "há-lo por um período de quatro anos porque não há concurso para aceder ao quadro".

Embora não esteja em discussão o atual diploma da gestão, o SPRA reforça ainda neste documento a necessidade de gestão democrática

das escolas públicas.

Por outro lado, são ainda lançadas críticas ao novo modelo de avaliação do desempenho docente.

"O outro aspeto que também consideramos negativo e que fere os nossos princípios relativamente à avaliação, é que nós sempre defendemos que a avaliação deve ser intrínseca e nesta proposta da secretaria aparece um elemento externo que vem criar um sistema misto de avaliação em que participam professores e inspetores", adiantou António Lucas, para quem estas propostas "são

piores que as anteriores". 



PROFESSORES juntaram-se à porta da secretaria regional